



Luis Carlos Martins Maciel

Presidente do Município das Lajes das Flores

1 - É ou não possível manter no Plano e Orçamento do seu município para 2015 os montantes do ano anterior e porquê? E que fontes de financiamento crescem ou descem em montantes mais significativos e porquê?

O Orçamento do Município das Lajes das Flores teve em 2014 um défice de 1,5 M€, na ordem dos 25% e tem previsto para o ano de 2015 um défice na ordem dos 0,8M€ na ordem dos 20%. A fonte de financiamento que mais varia tem a ver com as transferências do PROCONVERGENCIA que tem uma descida na ordem dos 2M€, uma vez que no corrente ano foi efetuado um grande volume de pagamentos finais deste quadro comunitário que terminou em 2014. Resumindo, apesar de uma diminuição das receitas provenientes do PROCONVERGENCIA, isso exige menos também das receitas próprias do orçamento Municipal, ao deixar de exigir o pagamento dos 15% de
responsabilidade
da
autarquia.

2 - Quais os grandes investimentos de raiz municipal que estão previstos para o próximo ano e que razões os justificam?

Não estão previstos grandes investimentos no próximo ano devido à difícil situação financeira do Município. As receitas previstas são insuficientes para as despesas básicas de funcionamento e para o pagamento dos compromissos já assumidos, como referido na questão anterior. Foram definidas áreas muito criteriosas de investimento, nomeadamente no emprego, áreas sociais e apoio aos setores estratégicos de desenvolvimento económico
do
concelho.

3 - Que estratégias tem a sua autarquia desenvolvido para fazer face aos problemas gerais de financiamento do poder local provocados pela crise e a eventuais problemas que sejam específicos do seu concelho?

Tendo em conta o desequilíbrio das contas que se tem verificado, que teve como consequência a retenção de verbas do FEF, devido ao excesso de endividamento, o Município tem vindo a efetuar um esforço de redução da despesa e maximização de receita de forma a diminuir o excesso de endividamento. Neste sentido a despesa de investimento foi reduzida ao mínimo, bem como o Município procurou alienar algum património não considerado essencial ao regular
funcionamento
da
autarquia,
para
aumentar
a
receita.

4 - Concorda ou não com a regionalização da tutela do poder local açoriana, tendo por objetivo, entre outros, harmonizar as áreas de intervenção com o poder regional autónomo?

A procura de modelos de organização política que aproximem os centros de decisão dos cidadãos através de uma descentralização política e administrativa traz normalmente vantagens aos cidadãos, desde que essa descentralização seja acompanhada das respetivas transferências de meios financeiros e de autonomia política e administrativa. Infelizmente temos tido uma evolução negativa nos últimos anos, em que o Governo da República tem vindo a retirar autonomia política e administrativa às autarquias e a reduzir as transferências financeiras, o que tem vindo a diminuir a capacidade de resposta das autarquias aos cidadãos em áreas essenciais como o emprego, o apoio social ou o apoio a economia local.